

LEI Nº 011 /2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Cria o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 - PME e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025 – PME, constante do Anexo I, desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME - 2015/2025:

- I- Ênfase na elaboração do Projeto Politico Pedagógico;
- II- Inclusão de todas as crianças na escola;
- III- Investimento no setor educacional;
- IV- Acompanhamento da sociedade na gestão dos investimentos educacionais;
- V- Alfabetização das crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;
- VI- Capacitação e formação continuada de docentes e gestão pedagógica em todos os segmentos;
- VII- Reimplantação do Conselho Municipal de educação;
- VIII- Valorização dos profissionais do magistério;
- IX- Inserção de uma equipe multidisciplinar em cada escola;
- X- Elevação da escolaridade da população;
- XI- Construção de uma unidade escolar em cada comunidade da zona rural;
- XII- Universalização do Ensino fundamental;
- XIII- Universalização do atendimento escolar aos alunos com Necessidades Especiais;



- XIV- Cumprimento da lei do plano de cargos, carreiras e salários:
- XV- Adequação dos profissionais em sua área de atuação.
- XVI- Implantação de laboratórios de informática e de ciência em todas as escolas.
- XVII- Implementação da educação integral no município;
- XVIII- Intensificara formação dos professores no ensino superior;
- XIX- Aquisição de materiais pedagógicos e administrativos;
- XX- Criação do Conselho Fiscal do PME.
- **Art.** 3° As metas previstas no Anexo I, desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME -2015/2025, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.
- **Art.** 4º As metas previstas no Anexo I, desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica, o Sistema Educacional de Registro Escolar de São Raimundo do Doca Bezerra e dados da Secretaria Municipal da Educação atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.
- **Art.** 5º A meta de ampliação do investimento público em educação poderá ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME 2015/2025.
- **Art.** 6º O Município deverá promover a realização de Conferências Municipais de Educação com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME 2015/2025 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio 2025/2035.
- Art. 7º Compreende-se como professores da Rede Municipal os cargos de provimento efetivo Professor, Atendente de Creche e Educador Infantil, bem como aqueles contratados temporariamente em regime especial.
- Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra, 17 de Junho de 2015.

MARIA ARLENE PIMENTA UCHÔA

Prefeita Municipal



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA 2015 - 2024





Plano Municipal de Educação de São Raimundo do Doca Bezerra 2015/2024

Prefeitura Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra, Secretaria Municipal de Educação.

MARIA ARLENEPIMENTA UCHOA Prefeita Municipal

MÁVIO ROCHA **Vice- prefeito**

CRISTINA NERES CARNEIRO

Secretaria Municipal de Educação

MARIA EVIANHA SILVA CARNEIRO

Coordenador para elaboraçãodo Plano Municipal de Educação

JOCILMA CASTRO BORGES
Secretaria executiva para elaboração





PROJETO DE LEI Nº 011 /2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Cria o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2024 - PME e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2024 – PME, constante do Anexo I, desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME - 2015/2024:

- Înfase na elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- II- Inclusão de todas as crianças na escola;
- III- Investimento no setor educacional;
- IV- Acompanhamento da sociedade na gestão dos investimentos educacionais;
- V- Alfabetização das crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;
- VI- Capacitação e formação continuada de docentes e gestão pedagógica em todos os segmentos;
- VII- Reimplantação do Conselho Municipal de educação;
- VIII- Valorização dos profissionais do magistério;
- IX- Inserção de uma equipe multidisciplinar em cada escola;
- X- Elevação da escolaridade da população;
- XI- Construção de uma unidade escolar em cada comunidade da zona rural;
- XII- Universalização do Ensino fundamental;
- VIII- Universalização do atendimento escolar aos alunos com Necessidades Especiais;



XIV- Cumprimento da lei do plano de cargos, carreiras e salários:

XV- Adequação dos profissionais em sua área de atuação.

XVI- Implantação de laboratórios de informática e de ciência em todas as escolas.

XVII- Implementação da educação integral no município;

XVIII- Intensificara formação dos professores no ensino superior;

XIX- Aquisição de materiais pedagógicos e administrativos;

XX- Criação do Conselho Fiscal do PME.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I, desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME – 2015/2024, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I, desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica, o Sistema Educacional de Registro Escolar de São Raimundo do Doca Bezerra e dados da Secretaria Municipal da Educação atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A meta de ampliação do investimento público em educação poderá ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME – 2015/2024.

Art. 6º O Município deverá promover a realização de Conferências Municipais de Educação com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME – 2015/2024 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio 2024/2035.

Art. 7º Compreende-se como professores da Rede Municipal os cargos de provimento efetivo Professor, Atendente de Creche e Educador Infantil, bem como aqueles contratados temporariamente em regime especial.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Raimundo do Doca Bezerra, 29 de junho de 2015.

MARIA ARLENE PIMENTA UCHÔA

to Thelian.

Prefeita Municipal



ANEXO I - METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1- Elaboração do Projeto Político Pedagógico em todas as Escolas.

Estratégias

- a) Garantindo a participação de todos os seguimentos.
- Garantir a execução do PPP cm todas as unidades de ensino, por parte de todos os segmentos envolvidos e Sec. Municipal de Educação

Meta 2- Inclusão de todas as crianças na Escola.

Estratégias

- a) Garantir a estrutura física, pedagógica e financeira.
- b) Comprometer a família na garantia da presença da criança na Escola.
- c) Garantir parcerias entre família, Escola, Sec. de Saúde e Sec. de Assistência Social, para o acompanhamento e execução dessa meta.

Meta 3- Ampliar os investimentos no setor educacional, através do aumento dos percentuais a este setor.

Estratégias:

- Elaborar a proposta anual orçamentaria da Secretaria Municipal da Educação com base nas necessidades educativas da comunidade, levantadas por órgãos competentes;
- Potencializar a utilização dos recursos repassados às unidades escolares com qualificação dos SETORES; gestão; cotação de preço, licitação;
- Assegurar durante o período de vigência do PME, o planejamento de ações que envolvam as secretárias de: saúde, serviços públicos, meio ambiente, trabalho e ação social;

Meta 4-Participação e acompanhamento da sociedade na gestão dos investimentos no setor educacional.

Estratégias:

- a) Criação de um conselho Fiscal.
- Reuniões periódicas com gestores e membros do Conselho.
- c) Socialização dos resultados com a sociedade.
- d) Apresentação de um relatório à Câmara Municipal.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

- a)Garantir, no Projeto Político Pedagógico das escolas, a inclusão de ações voltadas ao atendimento á diversidade;
- Assegurar a inserção e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema educacional, atendendo suas necessidades básicas;
 - c) Garantir a execução da lei de acessibilidade.





d) Colaborar com a União e com o Estado nos programas de expansão e melhoria das redes públicas de Ensino fundamental séries iniciais, atendendo às peculiaridades locais e segundo o padrão de qualidade nacional, com vistas a atender a demanda de 6 a 8 anos até 2017 e, no mínimo 50% da demanda.

 e) Zelar para que o transporte escolar prime pelo translado em menos tempo possível desse educando;

 f)Criar mecanismos para o acompanhamento individual de desempenho escolar de cada estudante em sua respectiva instituição;

Meta 6 – Possibilitar a capacitação e formação continuada de docentes e gestão pedagógica (coordenador e supervisor) nos diversos segmentos.

Estratégias:

- a) Garantir formação continuada dos professores, na área da educação inclusiva e Educação de Jovens e Adultos.
- b) Capacitar os profissionais da educação para uso de recursosmultimidia;
- Oferecer formação continuada dos professores na área específica e pedagógica de sua formação.
- Realizar, o dimensionamento da demanda de formação docente e sua respectiva oferta junto às instituições públicas, consultorias, de forma orgânica e articulada às políticas nacionais e estaduais;
- Prever, no orçamento critérios e percentuais para a liberação de licenças para qualificação profissional nos diversos segmentos;
- f) Încentivar a participação dos docentes e da gestão pedagógica, na formação continuada; Viabilizando horários compatíveis com sua jornada de trabalho.

Meta 7 - Reimplantação do Conselho Municipal de Educação

Estratégias:

- a) Incentivar e manter parceria com a comunidade intra e extra escolar, oferecendo estrutura física e institucional para o desenvolvimento das ações relacionadas as atribuições do conselho.
- Realizar reuniões periódicas com a comunidade: mostrar a diferença entre conselhos de sistemas educacionais e conselhos de escolas;
- Realizar Seminário temático: a fundamentação teórica sobre os conselhos na gestão educacional, origens e bases históricas mostrando a evolução de sua concepção;

Meta 8 - Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede.

Estratégias:

- a) Parceria com o governo estadual e governo federal;
- b) Garantir a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional de amostragem de domicilio periodicamente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE;
- c) Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreiras e salários – PCCS a participação em eursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem habilitação especifica para o alcanec dessa meta;





- d) Oportunizar aos docentes e profissionais da oducação acesso a cursos e formação continuada, visando ao aprofundamento de estudos e o atendimento das demandas do trabalho pedagógico.
- e) Garantir e oferecer condições à realização de atividades extracurriculares complementares ao trabalho pedagógico conforme estabelecido no Projeto Político Pedagógico;
- Assegurar que a rede municipal de ensino constitua seu quadro de profissionais do magistério, com 90 % de servidores nomeados em cargos de provimentos efetivos.

Meta 9- Inserir no quadro de profissionais da educação, uma equipe multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo)

Estratégia:

- a) Criar vagas por meio de concurso público, aos profissionais da equipe multidisciplinar.
- b) Garantir a atuação e permanência desses profissionais no espaço escolar.
- Oferecer condições físicas e materiais, para a atuação desses profissionais.

Meta 10 - Elevar a escolaridade média da população acima de 15 anos, de modo a alcançar o índice de 75% de alunos nessa faixa etária, com o ensino fundamental completo.

Estratégias:

- a) Priorizar Acompanhamento pedagógico individualizado intensivo a estudantes com rendimento inferior a média, recuperação e progressão parcial; executar programas de correção de fluxos;
- Priorizar a busca ativa de crianças fora da intuição escolar, em parceira com as áreas de saúde e assistência social;
- c) Promover em parceria com a secretaria de saúde; assistência social; igrejas, Sindicatos, Conselho Tutelar e demais segmentos da sociedade, a busca ativa por jovens fora da escola em defasagem idade/série;
- Assegurar a oferta gratuita da educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso À educação básica na idade própria
- e) Garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dessa modalidade;

Meta 11 - Construção de uma unidade escolar em cada comunidade da zona rural;

Estratégias;

- a) Parceria com o governo do estado e governo federal;
- Promover e fortalecer ações junto a comunidade intra e extra escolar para a execução dessa meta;
- c) Garantir após a aprovação do Plano Municipal de Educação, que a autorização para construção de novas escolas, ocorra somente de acordo com as exigências de padrões mínimos de infraestrutura, obedecendo à lei de acessibilidade;
- d) Participação ativa do poder legislativo, no que tange a fiscalização da gestão dos recursos disponibilizados para essa obra e a execução do projeto;

Meta 12 – Universalizar o ensino Fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.





Estratégias:

- a) Ofertar os anos iniciais do ensino fundamental para toda a zona rural nas próprias comunidades, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação;
- b) Incentivar e disponibilizar condições para a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade a inserção social e desenvolvimento de cidadania;
- c) Garantir o ingresso e permanência dos alunos dessa faixa etária envolvendo especialmente a família durante o desenvolvimento do processo;

Meta 13- Universalizar o Atendimento Educacional Escolar aos Alunos com Necessidades Especiais;

Estratégias:

- a) Criar salas de recursos no espaço escolar;
- Garantir a estrutura das salas de recursos já existentes;
- c) Incentivar a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria instituição.
- d) Estimular e zelar pela qualidade da oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados;

Meta 14 - Cumprimento da lei do plano de cargos, carreiras e salários.

Estratégias:

- a) Garantir a todos os professores da educação infantil e do ensino fundamental e a gestão escolar (Diretor, Coordenador e supervisor) o cumprimento da lei no que tange as horas aulas, hora atividade e outros.
- Oferecer condições estruturais que viabilizem a prática pedagógica (Salas multimídias, recursos pedagógicos etc)
- c) Participação efetiva dos professores, nas suas atribuições;

Meta 15 - Adequação dos profissionais em sua área de atuação.

- a) Garantir a correta distribuição da carga horária, priorizando a área específica de atuação do professor;
- b) Garantir a especialização do professor na sua área de atuação;
- C) Incentivar o comprometimento do professor para atuar, prioritariamente, na sua área de formação, complementando sua carga horária com áreas afins.

Meta 16 – Implantação de laboratórios de informática e de ciênciasem todas as escolas.

- a) Fomentar parcerias entre governo Estadual e Federal;
- Garantir estrutura física adequada para implantação dos laboratórios em todas as escolas;
- c) Garantir a presença constante de um técnico por laboratório;

Meta 17 - Implementação da educação integral no município;

- a) Garantir estrutura física para a realização das atividades;
- Otimizar os recursos recebidos para implementação da meta;





- c) Garantir a atuação de professores com formação específica nas áreas a serem trabalhadas.
- d) Viabilização da inserção dos programas estadual ou federal nas escolas que contemplam a educação integral.
- e) Oportunizar uma fiscalização de acompanhamento dos recursos e implementar ações de transparência por parte da gestão municipal.

Meta 18 - Intensificar a relação entre Município e as Universidades, visando a atender às demandas da sociedade São Raimundense referentes à Educação Superior.

Estratégias:

- a) Parceria com o governo do estado e governo federal;
- b)- Criar, junto ao poder público, mecanismos que estimulem o setor produtivo a gerar vagas de emprego e absorver jovens com formação superior no município;
- c)- Incentivar e cobrar a criação de cursos no setor de bens e serviços, valorizando as atividades econômicas do município;
- d)- Cobrar a intensificação de Projetos de Pesquisa e Extensão para atender às demandas sociais.
- e)- Firmar convênios com as Universidades para fortalecer o oferecimento de cursos de acordo com as necessidades da administração pública municipal, visando a qualificar seu quadro de funcionários para melhor servir à sociedade São Raimundense.
- f) Garantir estrutura física para a efetivação dos convênios realizados com as instituições de ensino superior.
- g) Disponibilizar condições financeiras para garantir o acesso e permanência dos professores aos cursos superiores, estabelecendo acordo com os mesmos quanto ao percentual a ser custeado pela gestão municipal.

Meta 19 - Aquisição de materiais pedagógicos e administrativos

- Relacionar recursos pedagógicos suficientes para a realização das atividades durante o ano letivo;
- b) Considerar as necessidades apontadas pelo corpo docente de cada escola;
- c) Garantia da aquisição dos materiais relacionados.

Meta 20 Criação do conselho fiscal do PME.

Estratégias:

- a) Mobilização da sociedade e de suas representatividades para a criação do conselho;
- b) Reunião para criação do conselho;
- c) Garantir estrutura física e transparência por parte da gestão no que tange os recursos para a devida atuação do conselho;
- d) Fiscalizar a implementação e a execução das ações do PME.



HINO DO MUNICIPIO

ı

Emigrantes desbravadores descortinaram teus encantos copiosos vales e planícies, vasta vegetação Mantiveram inflamado no peito a esperança De ver teus povo entoar esta canção

ESTRIBRILHO

És formoso minha terra Es provida de beleza ímpar O teu céu, teu solo, teu povo celebram "São Raimundo", nosso torrão querido.

Ш

Nos teus bosques há riquezas incontáveis Do teu solo fértil, grandes produções Tua fauna com espécies incomputáveis Faz nosso ser exaltar tua extensão.

Ш

É com o seio cheio de ufania Que mencionamos o opulento Mearim Abundante em substâncias e exuberância Só o seu inventor é capaz de definir.

IV

Entranhando em nosso peito o arroubo de participarmos de tuas grandezas humildes, ordeiros, cheiros de entusiasmo pelo o amor que nos constrange, unificados.

LETRA: Josenilde Brasil da Silva MUSICA: Josenilde Brasil da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO
- 2. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOECONOMICOS
 - 2.1 Origem e formação
 - 2.2 Caracterização física
 - 2.3 Aspectos populacionais
 - 2.4 Aspectos socioeconômicos
 - 2.4.1 Produção
 - 2.4.2 Mercado de trabalho
 - 2.4.3 Grupos ocupacionais
 - 2.4.4 Aspectos culturais
 - 2.5 Infra estrutura

APRESENTAÇÃO



O Plano Municipal de Educação trato do conjunto da Educação em âmbito Municipal, expressando uma política educacional como um todo envolvendo todos os níveis, etapas e modalidades de educação e de ensino.

Sua elaboração esta preconizada no Plano Nacional de Educação- PNE, aprovada pela Lei nº13.005/2014, que em seu art. 8º declara: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de1(um) ano contado da publicação desta Lei. E no cumprimento à Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

O Plano Municipal de Educação de São Raimundo do Doca Bezerra para o decênio 2013 -2023, documento ora apresentado, constitui-se em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para valorizar a participação cidadã, a gestão democrática, o funcionamento da educação, a atualização do currículo, dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

Na elaboração deste documento, foram realizados diagnósticos para verificar as necessidades educacionais da cidade, mediante reuniões com todos os interessados na evolução do processo educacional da cidade de São Raimundo de Doca Bezerra.

Este processo de construção coletiva está em consonância com as perspectivas atuais de definição das políticas educacionais no Brasil que sobretudo nos últimos anos, recebeu uma influência decisiva de movimentos de mobilização da sociedade.

Espera-se que o Plano Municipal de Educação de São Raimundo do Doca Bezerra aponte para uma educação plena de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e

sustentável.Lei Municipal que aprova o Plano Municipal de Educação. Nº. 65, de 30 de Setembro de 2002.

1IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Município: São Raimundo do Doca Bezerra

Região Administrativa: Pedreiras



Região Geográfica: Médio Mearim

Área Territorial:419,4. (km2)

População:6.090

Prefeitura de São Raimundo do Doca Bezerra - MA

Nome da Prefeita: Maria Arlene Pimenta Uchoa

Endereço: Rua Antonio Neto, nº 249. Centro

CEP: 65753-000

Telefone: (99) 98817-4401

CNPJ: 05.022.275/0001-40

E-mail: arlenepimenta@hotmail.com

Nome da Unidade de Educação: Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua Antônio Neto,nº 249 Centro CEP: 65753-000

DDD: 099 **Telefones**: 624-1053 FAX: 624-1053

Nome do Responsável: Cristina Neres Carneiro

Cargo: Secretária de Educação

E-mail: cristinaneresc@hotmail.com

2 - ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

2.1 Origem e formação

Consta na história que por volta de 1950 teve início o povoado com a chegada do Sr. Francisco Viana, que ao se deparar com uma bela lagoa ali se fixa com toda sua família, terra boa coberta de matas e serrados. Logo em



seguida ali também se fixa com sua família o Senhor Doca Bezerra, no qual teve o reconhecimento no povoado de agricultor tornou-se um fazendeiro reconhecido com suas riquezas de terras e gados, conservados por seus filhos que ali residem até o atual momento.

A sociedade São Raimundense é composta pela maioria de agricultores que cultivam o solo de maneira rústica e inviável com baixo índice de produtividade e com pouca competitividade no mercado. Não existe no município uma cooperativa e/ou associação que possa melhorar e financiar agricultura na sua totalidade. Com o passar dos anos o município melhorou índice de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano com algumas famílias saindo do estado de pobreza total.

O fluxo de capital é alavancado pelos pagamentos da prefeitura municipal ou pelos benefícios pagos aos aposentados, o que não chega a impulsionar a economia local, em face a pouca oferta de industrializados nos comércios locais, lavando a maioria a se deslocarem aos centros urbanos mais próximos como: Esperantinópolis, Barra do Corda e Pedreiras para efetuarem suas compras e retirarem seus benefícios.

Outro fator que contribui para o não desenvolvimento e crescimento econômico do município é a inexistência de uma agencia bancária, de cartórios com atendimento diversificado. Tais entidades instaladas no município diminuiriam a saída das pessoas e atrairia investidores interessados no município.

A cultura de São Raimundo está associada á cultura nordestina, como forró, carnaval, festas juninas, vaquejadas e futebol como os torneios municipais e Inter municipais.

É uma sociedade tipicamente católica com cerca de 82% de fiéis, tendo como padroeiro São Raimundo e em menor os evangélicos com cerca de 17,5% com restante distribuídos entre os não frequentantes e os adeptos ao candomblé. Há expectativa como em todo o país de um crescimento considerável de evangélicos no município.



No município existem sete partidos políticos vigentes: PR, PMDB, PTB, PCdoB, PT, PSDB e o PV, sendo o PSDB o de maior concentração de filiados. A câmara municipal é composta de nove(9) vereadores, sendo cinco (5) da base do governo e quatro(4) de oposição.

Os poderes executivos e legislativos têm trabalhado pelo desenvolvimento do município, criando leis e decretos com o intuito de diminuir o desemprego e a desigualdade social.

O governo municipal em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, injetaram no município em apenas dois anos, mais de 1 milhão de reais, em capital e bens, o que fortaleceu e desenvolveu a agropecuária local diminuindo o êxodo rural e dando novas perspectivas para o homem do campo.

Foram melhoradas mais de 50 Km de estradas vicinais dentro e fora do município, asfaltamento 45 Km dentro e fora da cidade o que contribui para a evacuação e tráfego de pessoas. Também foram perfurados 05 poços artesianos atendendo assim um dos grandes problemas locais, a falta de água potável para o consumo humano. Foram energizados 08 povoados trazendo mais conforto e melhorias nas condições de vida das comunidades interioranas.

Os princípios políticos administrativos estão vinculados a partidos políticos fortes com ideologia democrática e voltadas para o bem estar social.

2.2 Caracterização física

Localiza-se no Brasil: estado do Maranhão

Latitude: 05° 6'34"S

Longitude: 045° 4'38

Distancia em relação à capital: 380 km

Município Limítrofes: São Roberto, Barra do Corda e Itaipava do Grajaú

Årea:419, 4 (km²)

Localização:

Altitude Média:



Temperatura Média Anual:

2. 3 Aspectos populacionais

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município era igual a 6.090 habitantes. Com 28,42% das pessoas residentes em área urbana e 71,58% em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,51% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 5,6% da população, já em 2010 detinha 7,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -3,24% ao ano. Crianças e jovens detinham 43,2% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.880 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 34,0% da população, totalizando 2.073 habitantes.

POPULAÇÃO TOTAL - Em 2010

| POPULAÇÃO | NºABSOLUTOS | % | | | |
|---|-------------|-------|--|--|--|
| Total | 6.090 | 100 | | | |
| Urbana | 1.730 | 28,42 | | | |
| Rural | 4.359 | 71,58 | | | |
| Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2012 | | | | | |
| | | | | | |

CRESCIMENTO POPULACIONAL

| INDICADOR | ANO/PERÍODO | DADO | | | | |
|---|-------------|--------|--|--|--|--|
| Taxa de crescimento | 2000/ 2010 | 5, 32% | | | | |
| Taxa de crescimento | 2010/2014 | 6,21% | | | | |
| Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2012 | | | | | | |

2.4 Aspectos socioeconômicos

2.4.1 Produção

Entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 102,1%, passando de R\$13,9 milhões para R\$ 28,1 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 58,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,05% para 0,06% no período de 2006 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual responde por 48,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 6,4% em 2010 contra 7,1% em 2006. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 17,6% em 2006 para 14,0% em 2010.

2.4.2. Mercado de Trabalho em São Raimundo do Doca Bezerra

O valor do rendimento médio mensal da população ocupada era de R\$ 788,00. Entre os homens o rendimento era de R\$ 507,18 e entre as mulheres de R\$ 374,21, apontando uma diferença de 35,53% maior para os homens.

A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais,

da caça e da pesca e ocupações elementares. Juntos, os dois grupos totalizam 69,4% das ocupações do município.

Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010

| Grandes grupos de ocupações | N | % |
|---|-------|-------|
| Diretores e gerentes | 07 | 0,4 |
| Profissionais das ciências e intelectuais | 155 | 8,3 |
| Técnicos e profissionais de nível médio | 31 | 1,7 |
| Trabalhadores de apoio administrativo | 47 | 2.5 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados | 158 | 8.4 |
| Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca. | 1.025 | 54,7 |
| Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicase outros ofícios | 75 | 4,0 |
| Operadores de instalações e máquinas e montadores | 29 | 1,5 |
| Ocupações elementares | 277 | 14,8 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares | 03 | 0,2 |
| Ocupações mal definidas | 68 | 3,6 |
| Total | 1.875 | 100,0 |

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham68,3% do total da população ocupada no município.

2.4.3 Grupos Ocupacionais

No período de 2009 a 2012, a quantidade de vagas no mercado formal de trabalho aumentou em 26 postos, sendo que a maior elevação concentrou-



se no. Grupo 1 – Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de interesse Público, 11 postos.

Em particular, cabe destacar a variação de 95,58% na remuneração média no Grupo1 – Membros Superiores do Poder Publico, Dirigentes de Organizações de interesse publico e a remuneração média de R\$ 1.384,37 pertencente ao Grupo 6 – Trabalhadores Agropecuários Florestais e da Pesca em 2012.

2.4.4 Aspectos Culturais

Acultural Maranhense é um verdadeiro caldeirão de ritmos, talentos, cores, texturas e sabores em São Raimundo do Doca Bezerra não é diferente, a comunidade São Raimundense acompanha esse ritmo com sua peculiaridades locais. As festas são comemoradas de acordo com o calendário regional.

3 INFRA ESTRUTURA

Energia elétrica

O sistema de energia elétrica de São Raimundo do Doca Bezerra é abastecido pela CEMAR que atende a área urbana e praticamente toda a área rural.

A tensão é disponibilizada para a rede de atendimento domiciliar na área urbana e rural e para o setor industrial através de sistema trifásico e monofásico. A rede de baixa tensão atende principalmente as áreas urbanizadas da cidade e núcleos rurais, enquanto a rede de alta tensão está distribuída em todo o município.

Sistema de abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água da cidade é realizada de forma rural, através de poço artesiano, atualmente na zona rural todos as localidades



possuem um poço artesiano, facilitando a vida da população São Raimundense.

Telefonia

01 empresa opera na telefonia fixa em São Raimundo do Doca Bezerra A empresa OI.Os serviços são estendidos a praticamente todo o município, salvo algumas regiões da zona rural.

Na telefonia celular há 01concessionária responsável pelo serviço:. A CLARO telefonia celular atende a maior parte do município, com exceção de algumas regiões da área rural, Ao todo são sete torres distribuídas na área urbana.

Internet

A cobertura da internet é realizada pela VELOX via a telefonia Oi, de excelente cobertura atende as necessidades tecnológicas da cidade. A telefonia Claro também disponibiliza para a comunidade a internet via celular. A tecnologia já emplacou também na zona rural, no povoado Três Lagoa do Piraca tendo a melhor cobertura via satélite do Maranhão comprovada e viabilizada em rede nacional.

Transporte

O serviço de Transporte coletivo da zona rural à zona Urbana ainda é moda antiga o conhecido Pau de arara, viabilizando o transportede mais de 100 pessoas por dia. Da zona Urbana para sair da cidade Temos: Coletivo Da Tavares (todos os dias), As vans todos os dias. O pau de arara também viabiliza esse translado.

Comunicação



As transmissões são efetivadas pela emissora normal de televisão do Maranhão via antena parabólica. Ainda resisti/existi na cidade a transmissão de notícias via carro de som.

O serviço de correspondência existente na cidade é realizada através do Correios em um prédio alugado pela prefeitura, porém essa realidade breve será mudada, já foi construída na cidade uma sede própria com todas as instalações necessárias para atender a comunidade São Raimundense, com previsão de inauguração ainda este ano.

Saneamento básico

O Saneamento básico é uma grande preocupação da administração atual, um caminhão/caçamba que faz o recolhimento duas vezes por semana na zona urbana, e uma vez por semana na zona rural (1 comunidade por dia). Após o recolhimento esse lixo é levado para o lixão a uns 5 km fora da cidade.

Sistema de saúde

Existe na cidade um posto de saúde (reformado) aberto a comunidade de segunda a sexta, um médico faz o atendimento por dia, atendendo em média de 70 a 80 pacientes por dia. Um hospital (inaugurado no dia 22 /12 /2014) aberto 24 horas por dia 7 (sete) dias por semana, um médico clinico geral. Para um atendimento direcionado e exames o paciente é transportado por 2 carros próprios (recurso da prefeitura) quem ficam de prontidão as 24 horas para Esperantinópolis, Coroatá, Presidente Dutra, Peritoró. Um consultório odontológico com atendimento nas segunda e terça feira. Uma fisioterapeuta que atende duas vezes por semana no posto.

Na Zona Rural dois postos de saúde, sendo um em Monte Castelo(reformado), e um Três Lagoas do Piraca, no intuito de melhorar a saúde da



população São Raimundense estão em fase de conclusão três novos posto de saúde nas seguintes comunidades: Três rios; Centro do Aureliano; Centro dos Graças com previsão de inauguração esse ano.

A população conta ainda com o Projeto: Saúde Bucal na escola, uma vez ao mês as escolas da zona rural e urbana recebem a visita do referido projeto. Contam também com uma academia de ginástica aberta ao público de segunda a sexta, atendendo pessoas indicadas pela fisioterapeuta.

CRAS

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. A comunidade São Raimundense conta com esse serviço de 2º a 6º com os seguintes atendimentos Bolsa Família, BPC, Carteira do Idoso, Gestantes, PETI, Pro jovem Programa do Idoso

Junta de serviço militar

Diante do crescimento da população, bem como a estrutura em nosso município, e considerando que vários cidadãos tem que se deslocar para o município de Esperantinópolis – MA e Barra do Corda - MA, para regularizar a sua situação perante o serviço militar e exercer seus direitos plenos de cidadão brasileiro, que além da perda de tempo haver implicações econômicas (despesas com transporte e alimentação).

Setor de identificação

Devido a grande dificuldade da população São Raimundense de obter sua documentação no intuito de facilitar esse processo a atual administração



viabilizou um setor de identificação localizado na sede da prefeitura, onde a comunidade terá acesso mais rápido a determinados documentos como: identidade; CPF;Carteira profissional; CCIR; ITR; CADASTRO AMBIENTAL – CAR;

4 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

A educação engloba o processo de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos dessas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse sentido, educação coincide com os conceitos desocialização e endoculturação, mas não se resume a estes. A prática educativa formal — que ocorre nos espaços escolarizados, que sejam da Educação Infantil à Pós Graduação — dá-se de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas. No caso específico da educação formal exercida na escola, pode ser definida como Educação Escolar.

A gestão é atuante na educação do Município de São Raimundo do Doca Bezerra, trabalha no intuito de melhora o processo ensino aprendizagem, e minimizar o índice de distorção idade/série e analfabetismo.

O setor educacional é contemplada pelos diversos programas federais, estaduais e municipais como: Mais Educação; Brasil Alfabetizado; Atleta na escola; PDDE Campo; PDDE água; PDDE Estrutura e acessibilidade; PCN em Ação – Parâmetros Curriculares Nacionais – e PROFA – Programa de



Formação de Professores Alfabetizadores. E para capacitação do corpo discente: EJA – Educação para Jovens e Adultos que oferece oportunidade para os que têm defasagem em idade/série.

Consideramos as mudanças educacionais positivas e de grande relevância para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

4.1 Aspectos educacionais

Este tópico se justifica pela necessidade de conhecimento da amplitude e dimensão do sistema educacional do município, como elemento inicial para posterior análise do contexto e demandas de cada um dos eixos definidos no presente Plano Municipal de Educação.

Contém informações referentes á infra-estrutura da rede de ensino do Município de São Raimundo do Doca Bezerra, contemplando o número de estabelecimento de ensino, salas de aulas e turmas nos diferentes níveis e âmbitos da educação. Bem como metas e estratégias de ação compatíveis com a realidade.

4.2Atendimento Educacional

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino".

Paulo Freire

Sendo a educação um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Ainda existem cerca de 744 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 57 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens, mulheres e homens continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade.

O Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação pata todos até 2015. O Município de São Raimundo do Doca Bezerra trabalha em conjunto com a comunidade

intra e extra escolar no intuito de mudar essa estatística. Apresentando inúmeros avanços no campo educacional viabilizados pela gestão atual.

4.2.1 Oferta de Ensino

De acordo com as pesquisas feitas, constatamos os seguintes dados:

ESCOLAS MUNICIPAIS

| | Nome das Escolas | Nº | Nº PROF | Localização | Código |
|-----|-----------------------|--------|---------|-------------------|----------|
| | | Alunos | | | |
| 01 | G.E Antônia Moreno | 444 | 31 | Pov. Três Lagoas | 21102376 |
| 02 | G.E Henrique Muniz | 31 | 04 | Bairro Lagoa Nova | 21101949 |
| 03 | Pingo de Gente | 62 | 07 | Centro | 21206104 |
| 04 | Escola Presidente | 23 | 02 | Centro do Conrado | 21102082 |
| | Dutra | | | | |
| 05 | Escola São Francisco | 06 | 01 | Pov. Lagoinha | 21267650 |
| 06 | Escola São Raimundo | 12 | 01 | Centro do | 21102210 |
| | | | | Chiquinho | |
| 07 | G.E N. S. De Fátima | 39 | 04 | Pv. Nova Zelândia | 21102015 |
| 08 | G.E Teodoro | 65 | 05 | Centro do Graça | 21102309 |
| 09 | Escola Santa Madalena | 33 | 02 | Centro do | 21101698 |
| | | | | Madalena | |
| 10 | U.I Francisco Moreno | 305 | 25 | Av. Bezerra, | 21101647 |
| | | | | Centro | |
| 11 | G.E Pedro Bezerra | 89 | 12 | Av. Bezerra, | 21102325 |
| | | | | Centro | |
| 12 | G.E. Doralice Brasil | 58 | 06 | Centro do | 21102414 |
| | | | | Aureliano | |
| 13 | G.E Princesa Isabel | 127 | 09 | Pov. Três Rios | 21102104 |
| 14 | G.E. José Rodrigues | 348 | 24 | Pov. Monte | 21102317 |
| | | | | Castelo | |
| 15 | E. M. Artur Azevedo | 07 | 01 | Vila São João | 21101744 |
| ESC | OLAS MUNICIPAIS | 1749 | 134 | | |
| ТОТ | AL | | | | |



| | I | i l |
|--|---|-----|
| | | i l |
| | | i |
| | | i |

ESCOLAS ESTADUAIS

| No | ome das escolas | Nº de | Nº de | Localização | Código |
|----|--------------------|--------|-------------|-------------|----------|
| | | alunos | Professores | | |
| 01 | A.CORRÊA -Anexo | 156 | O8 | Av. Bezerra | 21243000 |
| | II – Sede | | | | |
| 02 | A.Corrêa- Anexo | 56 | 04 | Pov. Monte | 21262047 |
| | II – Monte Castelo | | | Castelo | |
| 03 | A.Corrêa- Anexo | 81 | 04 | Pov. Três | 21272646 |
| | II – Três Lagoas | | | Lagoas | |
| 03 | | 293 | 16 | | |

Em relação a quantidade de estabelecimento de ensino, matrículas por nível de ensino, conforme tabelas abaixo.

4.3Número de estabelecimentos da rede pública por tipo de ensino – em 2013

Conforme dados do último Censo Demográfico em 2010, a taxa de analfabetismos das pessoas de 10 anos ou mais era de 34,2%. Na área urbana, a taxa era de 29,8% e na zona rural era de 36,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 13,2%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é maior que a taxa do estado.

Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa segundo Etapa/Modalidade ministrada.



| ANO | Estadual | Municipal | Privada |
|------|----------|-----------|---------|
| 2010 | 03 | 15 | - |
| 2011 | 03 | 15 | - |
| 2012 | 03 | 15 | - |

Fonte:IBGE 2012

TAXA DE ANALFABETISMO

Escolaridade média da população acima de 15 anos

| Escolaridade Média da População acima de 15 anos | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------|--|--|
| Sem | 1º ciclo | 2º ciclo | Não | Total | | |
| instrução/1º | fundamental | fundamental | determinada | | | |
| ciclo do | completo/2º | ou mais | | | | |
| ensino | ciclo | | | | | |
| fundamental | incompleto | | | | | |
| incompleto | | | | | | |
| 7 | 15 | 20 | 6 | 47 | | |

Fonte: IBGE 2012

Matricula inicial por dependência administrativa

Educação Infantil

Considerando, portanto, o número de matrículas e relacionando-o ao número de habitantes por faixa etária e, afim de termos resultados e dados cada vez mais precisos, a partir de um cálculo das taxas de crescimento anual chegamos a uma porcentagem de matrículas no município referente a creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos) em 2013. Segue abaixo os dados:

Creche (0 a 3 anos)

| ANO | Estadual | | Municipal | | Privada | |
|------|----------|------------|-----------|------------|---------|------------|
| | Creche | Pré-escola | Creche | Pré-escola | Creche | Pré-escola |
| 2010 | - | - | 1% | - | - | - |



PREFEITURA DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA

| 2011 | - | - | 1,2% | - | - | - |
|------|---|---|------|---|---|---|
| 2012 | - | - | 1,4% | - | - | - |

Fonte: IBGE 2012

Educação Pré-escolar (4 a 5 anos)

| ANO | Estadual | | Municipal | | Privada | |
|------|----------|------------|-----------|------------|---------|------------|
| | Creche | Pré-escola | Creche | Pré-escola | Creche | Pré-escola |
| 2010 | - | - | - | 3% | - | - |
| 2011 | - | - | - | 4,3% | - | - |
| 2012 | - | - | - | 4,5% | - | - |

Fonte: IBGE 2012

Ensino Fundamental – 1º ao 5ºano (6 a 10 anos) 6º ao 9ºano (11 a 14 anos)

| ANO | Estadual | Municipal | Privada |
|------|----------|-----------|---------|
| 2010 | - | 20% | - |
| 2011 | - | 22,0% | - |
| 2012 | - | 23,8% | - |

Fonte: IBGE 2012

Considerando, portanto, o número de matrículas e relacionando-o ao número de habitantes por faixa etária e, afim de termos resultados e dados cada vez mais precisos, a partir de um cálculo das taxas de crescimento anual

chegamos a uma porcentagem de matrículas no município referente aos anos iniciais do ensino fundamental em 2013. Segue abaixo os dados:

Taxa de matricula (Ensino fundamental 2012)

| 23,8 % DE MATRICULAS DO ENSINO FUNDAMENETAL | | | | |
|---|-------|--|--|--|
| Total de habitantes 6.090 | | | | |
| Números de matriculados | 1.450 | | | |

Ensino Médio

| ANO | Estadual | Municipal | Privada |
|------|----------|-----------|---------|
| 2010 | 2% | - | - |
| 2011 | 3,2% | - | - |
| 2012 | 3,8% | - | - |

Taxa de Matricula

Educação de Jovens e Adultos (presencial)

Já a Educação de Jovens e Adultos – EJA -, ofertada pelo município, atende um número considerável de alunos. São 32 alunos em 2011 sendo que em 2012 foram 20 alunos. A queda é preocupante considerando a taxa de analfabetismo de 2,5 % e medidas para sanar a evasão são necessárias.

| ANO | Estadual | Municipal | Privada |
|------|----------|-----------|---------|
| 2010 | 0,68% | - | - |
| 2011 | 1% | - | - |
| 2012 | 1,2% | - | - |

Educação Superior

E por fim, a Educação Superior no município é ofertada através de dois pólos presenciais. A comunidade São Raimundense, conta com a parceria da prefeitura na realização dessa etapa de estudo.

| INSTITUIÇÃO | CURSO | NºDE ALUNOS |
|-------------|------------|-------------|
| IPAE | Biologia | 31 |
| | Matemática | 23 |
| ICLA | Pedagogia | 48 |
| FAENTEPRE | Pedagogia | 56 |
| 03 | 04 | 158 |

4.4- IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nossos sistemas de ensino:

- Indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e
- Pontuações, em exames padronizados, obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino.

OBJETIVO

Mostrar as condições do ensino no Brasil, numa escala de 0(zero) a 10 (dez), determinando o prazo e a forma de como chegar.

- Detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência;
- Monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino;
- ➤ Foi fixada a média 6.0 para ser atingida até 2022, utilizando a metodologia do IDEB como base, observando que esta média foi atingida pelos 20 países melhores colocados no ranking mundial.

CÁLCULO DO IDEB

- Utiliza o ano do exame (Saeb ou Prova Brasil) e Censo Escolar;
- Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0(zero) e 10 (dez), dos alunos da Unidade

Educativa, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

Indicador de rendimento, baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da Unidade Educativa (Ensino Fundamental e Médio)

| | Ensino Fundamental Ano iniciais | Ensino Fundamental Anos Finais | Ensino Médio |
|---|---------------------------------------|--------------------------------------|--------------|
| Brasil | 5.0 | 4.1 | 3.7 |
| Rede pública do Maranhão | 4.0 | 3.6 | 3.0 |
| Rede Estadual São Raimundo do Doca Bezerra | - | 2,8 | 2,8 |
| Rede Municipal São Raimundo do Doca Bezerra | 3,9 | 2,9 | - |

Fonte IDEB: 2012

4.4.1TAXA DE APROVAÇÃO

Como já mencionado o IDEB permite avaliar a produtividade do sistema educacional em cada série e nível de ensino. Este indicador pode ser considerado como taxa de sucesso que o sistema obteve durante o ano. Podese calcular a taxa média de aprovação por nível de ensino ou para um conjunto de séries.O Município de São Raimundo do Doca Bezerra estabeleceu com meta 3,2%, no entanto o alcançado foi de 2,7%, o município trabalha no fortalecimento de ações educacionais no intuito de alcançar sua meta.

4.4.2Taxa de distorção idade/ série

Permite avaliar a distorção entre a idade dos alunos e a série que freqüentam em cada nível de ensino. Deve-se considerar a idade recomendada para cada série /nível de ensino, ou seja, 06 anos para o 1º ano do Ensino Fundamental, 07 anos para o 2º ano e, assim, sucessivamente.

| Município | Rede | Taxa de distorção idade/série Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|-----------|--|----|----|----|----|----|----|----|----|--------------------|--------------------|--|
| São Raimundo do Doca | | 10 | 2º | 3º | 40 | 5º | 6º | 7º | 80 | 90 | 1ºao 5 º Ano | 6ºao 9 º Ano | |
| Bezerra | Municipal | | | | | | | | | | | | |
| | Estadual | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Secretaria de Educação do Município

4.3 Educação especial

| | Creche | Pré-escola | Anos iniciais | Anos finais | Médio |
|-----------|--------|------------|---------------|----------------|-------|
| Estado | - | | | | 02 |
| Município | 02 | 04 | 15 | 10 | - |

Fonte: Secretaria de Educação do Município

A inclusão apresenta-se como necessária para que se faça cumprir a Legislação vigente, que, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo208 - inciso III estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante dessa perspectiva o respeito e atendimento à diversidade constituem-se em premissas básicas. Nesse contexto, para tanto, faz-se necessário à integração plena dos alunos e alunas com Necessidades Educacionais Especiais (NE E) às classes escolares regulares,fazendo valer, a estes, a oportunidade de usufruir dos seus direitos.

Diante dos dados na tabela, nota-se que o município, paulatinamente, vem fazendo cumprir as determinações e exigências legais que primam pela inclusão dos alunos e alunas com NEE nas classes regulares de ensino. Porém, para que o município possa, de fato, implementar um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário adotar algumas medidas, pois a



exigência veemente da sociedade não só visa à consolidação de escolas inclusivas, mas, acima de tudo, à concretização de uma educação que garanta a todas as pessoas o acesso não só a uma escolarização que promova o atendimento à diversidade, mas, acima de tudo, que contemple o atendimento à vida em sua totalidade.

Dentre elas a oferta de atendimento educacional especializado em instituições próprias no turno oposto ao da escolarização, bem como apoio de especialistas em diversas áreas da saúde em centros de atendimento especializado.

5 MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A valorização da carreira dos professores brasileiros passa pela elevação do nível salarial, mas também por um conjunto de instrumentos que aperfeiçoem as condições de exercício profissional. No entanto, em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Atualmente, o professor do município tem um piso salarial de R\$ 906,00 para uma carga horária de 20h/semanais.

Além dos aspectos financeiros, como citado anteriormente, há questões relacionadas à formação e a valorização do magistério que devem ser alvo de políticas públicas afim de corrigir as distorções que põem em risco a vida profissional daqueles que têm um decisivo papel no progresso do país.

O freqüente desrespeito aos profissionais do magistério tem provocado danos à sua saúde além da despersonalização e falta de realização pessoal. A conseqüência é o baixo comprometimento com o trabalho, adoção de comportamentos mecânicos e burocratizados e um distanciamento emocional dos professores com seu alunado e, por fim, a desistência da profissão. Outro fator diz respeito às políticas de valorização e formação docente. Há no município um terreno enorme a ser cultivado no que tange às políticas de valorização e formação docente.

A formação continuada em serviço que fortalece a prática docente encontra muitos obstáculos. Falta espaço destinado especialmente à formação permanente e qualificação contínua dos docentes e espaços disponíveis para promoção de cursos, oficinas, seminários e estudos relacionados às questões técnico-pedagógicas e equipados com laboratórios de tecnologias inteligentes.

A partir dessas considerações, a análise do ambiente interno demonstrou que é necessário o fortalecimento das instâncias de controle social: Conselhos Municipais de Educação, os colegiados escolares, os sindicatos que representam os trabalhadores da educação e também as organizações estudantis, todos eles com fraca e difusa atuação em nosso município. Isto porque a cultura de participação coletiva é ainda muito incipiente e agravada pelo afrouxamento da relação família.

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL - Em 2012

| FAIXA ETÁRIA | Nº | % |
|---------------------|-------|------|
| 0 a 3 anos | 73 | 1,4 |
| 4 a 5 anos | 261 | 4,5 |
| 6 a 10 anos/11 a 14 | 1.187 | 19,0 |
| anos | | |
| 16 a 17 anos | 237 | 3,8 |
| TOTAL | 1758 | 28,7 |

Fonte: Secretaria de educação do Município

POPULAÇÃO ANALFABETA COM MAIS DE 15 ANOS - EM 2013

| TOTAL: | | | |
|--------|--|--|--|
| | | | |
| | | | |

%Sobre o total da população com mais de 15 anos:

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2012



4 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elevado á categoria de município e distrito com a denominação de São Raimundo Bezerra do Doca Bezerra, pela Lei Estadual nº 6193, de 10-11-1994. Desmembrado de Esperantinópolis.

Foi criado pela Lei Nº 6.193, de 10 de novembro de 1994, o município de São Raimundo do Doca Bezerra, a ser desmembrado do município de Esperantinópolis, subordinado à comarca de Esperantinópolis.

O Município de São Raimundo do Doca Bezerra limita-se ao norte com o município de São Roberto: ao leste com São Roberto do Maranhão e Barra do Corda; a oeste com Itaipava do Grajaú e ao Sul com Barra do Corda.

Sede do atual distrito de São Raimundo do Doca Bezerra(exlocalidade). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

| TIPO DE | ESTADUAL | MUNICIPAL | Privada |
|-----------------------------|----------|-----------|---------|
| ESTABELECIMENTO | | | |
| Creche | - | 02 | - |
| Pré-escola | - | 05 | - |
| Ensino Fundamental de 1º a | - | 10 | 01 |
| 5º ano (ensino regular) | | | |
| Ensino Fundamental de 6º ao | - | 05 | 01 |
| 9º ano | | | |
| Ensino Médio | 03 | - | - |
| Ensino Superior | | - | 02 |
| Outros (especificar) | - | - | - |
| TOTAL | 03 | 22 | 02 |

Fonte:Secretaria de Educação do Município

Matrículas por nível de ensino - EM 2012

| Nível de ensino | Estadual | Municipal | Privada |
|-------------------------|----------|-----------|---------|
| Creche (0 a 3 anos) | - | 73 | - |
| Pré-escola (4 a 5 anos) | - | 261 | - |
| Ensino Fundamental de | - | 1.187 | - |
| 1º a 5º/6º ao 9º | | | |
| Ensino Médio | 253 | - | - |
| Ensino Superior | - | - | 158 |
| TOTAL | 253 | 1.521 | 158 |

Fonte: Secretaria de Educação do Município

Formação dos docentes

Fonte:Secretaria de Educação do Município

4.2Programas Suplementares

• Bolsa Família

O Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola, atualmente com a nomenclatura de Bolsa Família, é um instrumento de valorização das famílias de baixa renda em todo o Brasil. Ele visa garantir a permanência da criança na escola, reduzir índice de repetência escolar e também evitar o trabalho infantil.

A caixa é o agente operador do programa, graças a suas experiências bem sucedidas na administração de outros programas sociais do governo federal e a sua capacidade de oferecer parcerias adequadas aos governos, estados e municípios brasileiros.



Tem direito a participar do Bolsa Escola, as famílias com renda per capta de até meio salário mínimo cujos filhos, com idade entre 6 e 15 anos, estejam estudando numa escola da sua comunidade. Receberão uma ajuda de custo mensal de R\$ 15,00 por cada filho matriculado (no máximo três crianças).

Para participar do Programa Bolsa Escola, os municípios devem adotar as seguintes medidas.

- Instituir Lei Municipal, criando o Programa de Renda Mínima Municipal associado a ações socioeducativas;
- Criar o Conselho de Controle Social do Programa construído por no mínimo 50% de representantes da sociedade civil não vinculados á Administração Municipal;
- Formar o cadastro de famílias a serem beneficiadas:
- Assinar Termo de Adesão junto ao MEC.

Os pagamentos serão realizados após a formalização da Adesão pelo Município e da homologação do cadastro de famílias pelo MEC, diretamente aos beneficiários através de cartão magnético deidentificação, chamado cartão Bolsa e Escola, que são pessoais e intrasferíveis.

No município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA, o total de famílias inscritas no Cadastro único em Set de 2014 era de 1.755 dentre as quais;

- Zero com renda per capital de até R\$ 70,00;
- Zero com renda per capital familiar de até 140,00;
- Zero com renda per capital até meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro único. O PBF beneficiou, no mês de novembro de 2014, 1.228 famílias, representando uma cobertura de 123,3% da estimativa de

famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 266,33 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 327,052 no mês.

Estimativa de acompanhamento das famílias inscritas no Programa Bolsa Família

| Estimativa de famílias de baixa renda- perfil Cadastro único (Censo | 1.1 | 49 | 2010 |
|---|------|------|--------|
| 2010) | | | |
| Estimativa de famílias pobres – Perfil Bolsa família (Censo 2010) | 99 | 6 | 2010 |
| Famílias atingidas por empreendimentos de infraestru | tura | | |
| Total de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura | C | 30 | 3/2014 |
| cadastradas | | | |
| Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura | C | 08 | 3/2014 |
| beneficiárias do Programa Bolsa Família | | | |
| Famílias com pessoas presa no sistema carcerário |) | | |
| Total de família de preso do sistema carcerário cadastradas | 0 | 08/ | 2014 |
| Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do programa | 0 | 08/ | 2014 |
| Bolsa Família | | | |
| Famílias catadoras de material reciclável | | 1 | |
| Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas | 1 | 08/2 | 014 |
| Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do | 1 | 08/2 | 014 |
| programa | | | |

Condicionalidades

| Público acompanhamento | | |
|---|-------|---------|
| Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos) | 1.205 | 07/2014 |
| Total de beneficiários com perfil educação (16 a 17 anos) | 247 | 07/2014 |
| Total de famíliascom perfil saúde (com crianças até 7 anos e | 958 | 06/2014 |
| mulheres de 14 a 44 anos) | | |
| Resultado do acompanhamento | | |
| Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos) | 1.187 | 07/2014 |
| Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 | 234 | 07/2014 |
| anos) | | |

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA

| Total de beneficiáriosacompanhados com frequência acima da | 1.184 | 07/2014 | |
|---|-------|---------|--|
| exigida (6 a 15 anos-85%) | | | |
| Total de beneficiáriosacompanhados com frequência abaixo da | 3 | 07/2014 | |
| exigida (6 a 15 anos-85%) | | | |
| Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos - | 234 | 07/2014 | |
| 75%) | | | |
| Total de beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - | 0 | 07/2014 | |
| 75%) | | | |
| Total de benefícios sem informação de frequência escolar (6 a 15 | 18 | 07/2014 | |
| anos) | | | |
| Total de benefícios sem informação de frequência escolar (16 a | 13 | 07/2014 | |
| 17 anos) | | | |
| Total de famílias acompanhada pela saúde | | | |
| Total de gestantes acompanhadas | 50 | 06/2014 | |
| Total de gestantes com pré natal em dia | 50 | 06/2014 | |
| Total de crianças acompanhada | 576 | 06/2014 | |
| Total de crianças com vacinação em dia | 576 | 06/2014 | |
| Família indígena | | | |
| Família indígena cadastrada | 3 | 08/2014 | |
| Família indígenas cadastrada beneficiárias do Programa Bolsa | 0 | 08/2014 | |
| Família | | | |
| Famílias Ribeirinhas | | | |
| Total de família ribeirinhas cadastradas | 30 | 08/2014 | |
| Família ribeirinhas beneficiárias do programa bolsa família | 20 | 08/2014 | |

| Total de famílias cadastradas | | |
|---|-------|---------|
| Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 | 1.490 | 09/2014 |
| até R\$ 77,00 | | |
| Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ | 74 | 09/2014 |
| 77,01 e 154,00 | | |
| Famílias cadastradas com renda per capita mensal entreR\$ 154,01 e 1/2 salário mínimo | 100 | 07/2014 |

| Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de 1/3 | 91 | 07/2014 |
|---|-------|---------|
| salário mínimo | | |
| Total de pessoas cadastradas | • | |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capital mensal | 5.197 | 07/2014 |
| entre R\$ 0,00 até R\$ 77,01 | | |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capital mensal | 237 | 07/2014 |
| entre R\$ 77,01 e154,00 | | |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal | 248 | 07/2014 |
| entre R\$ 154,01 e ^{1/2} salário mínimo | | |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal | 124 | 07/2014 |
| acima 1/2 salário mínimo | | |

BENEFÍCIOS

| Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa | | 1.228 | 11/2014 |
|--|-------|-------|---------|
| Família | | | |
| Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios as | 327.0 | 52.00 | 11/2014 |
| famílias | | | |
| TIPO DE BENEFÍCIOS | | | |
| Benefício físico | | 1.231 | 10/2014 |
| Benefícios variáveis | | 1.877 | 10/2014 |
| Benefício Variável Jovem - BVJ | | 294 | 10/2014 |
| BenefícioVariável Nutriz- BVN | | 42 | 10/2014 |
| Benefício Variável Gestante – BVG | | 45 | 10/2014 |
| Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP | | 1.158 | 10/2014 |

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

| Famílias indígenas | | | |
|--|-------|---------|--|
| Total de crianças com dados nutricionais | 576 | 06/2014 | |
| Total de famílias não acompanhadas pela saúde | 154 | 06/2014 | |
| Repercussões por descumprimento de condicionalidade | | | |
| Total de repercussões por descumprimento das condicionalidades | s (9 | 09/2014 | |



| PBF saúde e educação) | | |
|--|---|---------|
| Total de advertência | 7 | 09/2014 |
| Total de bloqueio | 1 | 09/2014 |
| Total de Suspensão Reiterada (Port. 251/12) | - | 09/2014 |
| Total de cancelamentos | 0 | 09/2014 |
| Total de repercussões por descumprimento | 4 | 09/2014 |
| decondicionalidade (BVJ) | | |
| Total de advertência | 3 | 09/2014 |
| Total de suspensão | 0 | 09/2014 |
| Total de cancelamento | 0 | 09/2014 |
| Total de bloqueio | 1 | 09/2014 |

*PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Foi criado de acordo com o artigo 2 da Lei nº 9.604 de 5 de Fevereiro de 1998; sendo que no município de São Raimundo do Doca Bezerra foi implantado em Maio de 2001, atendendo crianças na sede e nos povoados.

O objetivo deste programa é retirar crianças e adolescentes do trabalho, possibilitando o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos mesmos na escola, e ofertar às famílias beneficiadas apoio e orientação por meio de ações educativas.

PAC – Programa de Atenção a Criança

Foi criado de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93 de 7 de dezembro de 1993. Sendo implantado no município em Maio de 2002, atendendo crianças de forma satisfatória, evitou a marginalização e favorecendo uma convivência saudável e geradora de cidadãos.

A Assistência Social do nosso Município tem outros projetos, que foram encaminhados a Secretaria de Estado da Assistência Social como: Projeto Conviver que atende idosos;



Projeto de Atenção ao deficiente, que atenderá 60 deficientes no município. Sendo importante ressaltar que o Projeto Conviver já está em vigência, proporcionando a inclusão e integração dos idosos na sociedade.

Mais Educação

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, foi implantado no município de São Raimundo do Doca Bezerra em 2012, sendo executado apenas em 2013, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Diante do desenvolvimento do projeto foi possível constatar a melhoria no rendimento escolar dos nossos alunos contribuindo assim para a elevação do IDEB, bem como o desempenho físico e possível 00000.

PDDE CAMPO

Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas das redes municipais, estaduais e distrital que possuam alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental em classes multisseriadas localizadas no campo, conforme matrícula apresentada no CENSO ESCOLAR MEC/INEP 2010.

O PDDE Escola do Campo consiste no repasse financeiro por meio de transferência de recursos, nas categorias econômicas de custeio e



capital, para contratação de mão-de-obra e outras despesas necessárias à manutenção, conservação e pequenos reparos em suas instalações, bem como aquisição de mobiliário escolar e outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas requeridas pela oferta de turmas organizadas sob a forma de multisseriação.

O referido projeto foi implantado no município em maio de 2012 é de suma importância para a população educacional do nosso município é de conhecimentos de todos que a aprendizagem é um processo delongo prazo e que esta ligada diretamente ao meio ambiente no qual o educando está inserido, portanto é necessário que o ambiente escolar seja arejado, limpo, espaçoso. O projeto contemplou todas as escolas da zona rural.

• PDDE Água na Escola e Esgotamento Sanitário

A inexistência de abastecimento de água apropriada ao consumo humano e/ou de esgotamento sanitário em estabelecimentos públicos de ensino representam sérios riscos à saúde de estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar. Essa realidade, vivenciada por diversas unidades escolares do país, impõe iniciativas governamentais voltadas à adequação física dessas escolas, com vistas à melhoria do desempenho de suas funções e ao alcance de seus objetivos educacionais.

Diante do exposto, o Ministério da Educação (MEC) propôs a destinação de recursos financeiros, por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a escolas públicas das redes distrital, municipais e estaduais de educação básica, localizadas no campo, a fim de garantir o abastecimento de água em condições apropriadas para consumo, por meio de aquisição de equipamentos, instalações hidráulicas e contratação de mão de obra voltada à



construção de poços ou cisternas e à utilização de outras formas e meios que lhes 2 assegurem o abastecimento contínuo de água adequada ao consumo humano e/ou o esgotamento sanitário nas unidades escolares beneficiadas.

Sendo implantado no município em maio de 2012 pela secretaria de educação do município tendo conhecimento que a água é um dos elementos mais essenciais à saúde e é tão importante que o nosso organismo possui um sistema específico para gestão da quantidade de água, beneficiou a zona rural.

PDDE Estrutura e acessibilidade

Sendo implantado no município em 2012 para Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora. Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

O projeto veio contempla uma angustia da secretaria de educação em relação aos seus alunos com Necessidades Especiais: como ensinar esses alunos? O projeto responde: reconhecendo que cada um de nós aprende em tempos e ritmos diferentes, é o primeiro passo para a construção de uma escola e de espaços educativos que respeitem e valorizem a diversidade e elaborem estratégias significativas para a promoção de qualidade para os referidos aluno, esperamos com esse projeto contempla o máximo de Pessoas com Necessidades Especiais no intuito de inseri-los no ensino fundamental.

• Brasil alfabetizado



MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

4.3 Organização Administrativa e Gestão Escolar

Considerando as inúmeras evoluções no processo educativo, faz-se necessário frisar a vontade de ir além. Dessa forma segue abaixo a estrutura administrativa almejada pelos atores responsáveis por essa sustentabilidade escolar.

4.3.1 Estrutura Administrativa

Os níveis escolares correspondem à educação superior e à educação básica, os quais compõem a Educação Escolar. Por sua vez, a educação básica é formada por três etapas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio.

Os dois últimos, fundamental e médio, são também denominados níveis de ensino

5.2.2. OBJETIVOS

5.2.2.1Gerais

De acordo com a Lei 10.172/01em síntese, o Plano tem como objetivo:

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis.
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e á permanência, com sucesso, na educação pública e estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto Pedagógico da Escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

5.2.2..2 Específico

- Possibilitar à sociedade maior qualidade de vida através do processo educacional.
- Para melhor especificar nossos objetivos foi elaborado um quadro com as mais diversidades Proposta de Ações Municipais a serem realizadas no decorrer dos próximos dez anos.

7. Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação

O referido plano será avaliado e acompanhado pelo Conselho Municipal de Educação e pela Comissão Interna de elaboração do PMDE.De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o PME responde as expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade Raimundense.



Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise do documento.

8. Orçamento

OPlano está orçado em 1.500.000.00 (anual).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, DF. Senado, 1988.

BRAISL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Naciona**l. Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF. 2004.

BRASIL, MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** — Brasília: MEC, 1993 — VERSÃO ACRESCIDA.

BRASIL, MEC/INEP – Censo da Educação Básica, INEP/MEC, 2010.

BRAISL, MEC/INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Índices de aprovação, reprovação e abandono no Município São Raimundo do Doca Bezerra – MA. 2010

JOMTIER, Tailândia. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos**–Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem-Conferência Mundial sobre Educação para todos. 5 a 9 de março de 1990.

LEI Nº 13.005, DE 25 E3 JUNHO DE 2014. Disponível em http://www.planato.gov.brAcesso em 24 de junho de 2014.